



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Solene - Destinada à Instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

3 - RELATÓRIOS

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/2/2012

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Declaração de instalação - Palavras do Sr. Presidente - Leitura da Mensagem Governamental - Registro de presença - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; e Marcello Guilherme Abi-Saber, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Márcio Lacerda.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião solene à instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Grupo Cant' Art.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Declaração de Instalação

O locutor - Convido os presentes a ouvir, de pé, o ato solene de instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária desta legislatura.

O Sr. Presidente - Declaro instalada a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; Marcello Guilherme Abi-Saber, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Marcio Lacerda; Deputado José Henrique, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputadas; Deputados; queridos visitantes da Polícia Civil; senhoras; senhores; querida imprensa presente, sempre atuante; cumprimento, com muito carinho, os servidores desta Casa, que prestam um trabalho indelével ao Estado de Minas Gerais.

É com muita satisfação, confiança e renovada expectativa de cumprir as nobres funções do Parlamento que abrimos os trabalhos do segundo ano da 17ª Legislatura. Tenho a certeza de que todos os Deputados desta Casa estão imbuídos dessa disposição e do empenho necessário para continuarmos engrandecendo o Poder Legislativo de Minas Gerais.

Iniciamos esta sessão legislativa com o firme propósito de dar prosseguimento às ações empreendidas no decorrer do ano passado, buscando aprimorá-las e, se preciso, adequá-las às novas demandas e circunstâncias, mas com a convicção de que estamos trilhando o caminho certo.

Uma breve retrospectiva do que realizamos em 2012 é oportuna, neste momento, para reavivar e reafirmar esse caminho. Destacamos, nesse sentido, as ações decorrentes da diretriz que estabelecemos para nortear a conduta do Legislativo: "ser a voz dos mineiros no enfrentamento das desigualdades e na promoção da cidadania". Essa diretriz, Secretário Danilo de Castro, que pretendemos consolidar e fortalecer este ano, representa o inconformismo desta Casa diante do expressivo contingente da população mineira que ainda vive em situação de extrema pobreza, que não tem acesso aos serviços básicos vinculados à qualidade de vida, que não tem condições de compartilhar os benefícios do nosso desenvolvimento socioeconômico.

Promovemos, nessa linha, um grande evento institucional, o seminário legislativo "Pobreza e desigualdade", coroado com a promulgação da Emenda à Constituição nº 86, que inclui a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais entre os objetivos prioritários de Minas Gerais. Muitas das propostas aprovadas no seminário foram ainda incorporadas, na forma de emendas, ao Plano Plurianual de Ação Governamental e ao Orçamento do Estado.

Aprovamos, senhoras e senhores, o projeto que institui o Fundo de Erradicação da Miséria e a proposição que deu origem à Lei da Bolsa-Reciclagem, de grande alcance social e ambiental, destinada a compensar os catadores de materiais recicláveis, por meio de suas cooperativas, pelos serviços prestados à comunidade mineira.

Criamos e instalamos a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, assim como aprovamos, também com vistas a trazer benefícios para esse segmento da população, o projeto de resolução que institui, no âmbito desta Casa, a política de acessibilidade para a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Instituímos também, dentro das preocupações com as desigualdades sociais, o projeto Assembleia Solidária, idealizado em parceria com as entidades representativas dos servidores do Legislativo - Aplemg, Aslemg, Cofal e Sindalem - , que resultou em expressiva arrecadação de doativos para pessoas carentes, principalmente crianças e idosos, e que agora se volta para minimizar o sofrimento das vítimas das chuvas que se abateram sobre o Estado. Temos, a propósito, a grata satisfação de registrar que fizemos hoje a entrega do terceiro lote de doações à Cruz Vermelha, para que sejam distribuídas, com a coordenação da Defesa Civil do Estado, aos Municípios mais atingidos pelas chuvas, numa demonstração do espírito solidário dos Deputados e servidores desta Casa, assim como da população do Estado de Minas Gerais. Quero agradecer a todos os que atenderam ao apelo feito pela Assembleia Legislativa e que aderiram a essa campanha em prol de tantas famílias, de dezenas de Municípios mineiros, afetados pelas fortes chuvas do final do ano passado e do início deste ano.

Além da comissão voltada para as pessoas com deficiência, instalamos também a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, além da Comissão Especial da Dívida Pública e da Comissão Extraordinária para o Acompanhamento da Reforma Política. Em seu conjunto, as comissões permanentes exerceram, competentemente, seu papel de qualificar o processo legislativo e de dar-lhe consistência, além de acolher, por meio de audiências públicas, realizadas nesta Casa e em todo o interior do Estado, as demandas apresentadas pela população mineira.

No âmbito dos eventos institucionais, promovemos, além do seminário legislativo "Pobreza e desigualdade", outros de grande importância, como o fórum técnico "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz" e o Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, essencial para a construção da pauta de trabalhos da Assembleia, que resultou na implementação de várias sugestões advindas da consulta à sociedade. O Fórum Democrático, cabe lembrar, foi uma ação decorrente do projeto Assembleia como Propulsora do Desenvolvimento do Estado, integrante do Direcionamento Estratégico, instrumento de planejamento de longo prazo por meio do qual a Casa busca aprimorar sua atuação e ser reconhecida como "o poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor".

Destaquem-se ainda, dentro do direcionamento estratégico, diversas outras ações, como o lançamento do novo Portal da Assembleia, destinado a ampliar a interlocução do Poder Legislativo com a sociedade; a modernização e expansão da TV Assembleia, com a aquisição de equipamentos digitais e o início da transmissão em sinal aberto para a Região Metropolitana de Belo Horizonte - neste momento destaco aqui o trabalho dos ex-Presidentes Deputados Antônio Júlio, Mauri Torres, Doutor Viana, o atual Vice-Governador, Alberto Pinto Coelho, sempre ladeados pelos Deputados e Deputadas desta querida Casa -; e o desenvolvimento do projeto Assembleia Sustentável, incluindo a coleta seletiva de lixo e medidas para redução do consumo de papel e de copos descartáveis.



Senhoras e senhores, quero aproveitar este momento para fazer uma convocação a todos os membros deste Parlamento, aos parlamentares que representam Minas Gerais na Câmara dos Deputados e no Senado, aos Prefeitos e Vereadores de todos os Municípios mineiros, aos governos estadual e federal, enfim, a todos os poderes públicos: precisamos encarar de frente, com coragem e determinação, as causas dos transtornos provocados pelas chuvas à população mineira. Trata-se de um problema grave e recorrente, em grande parte previsível e que não pode ser atribuído somente aos fenômenos naturais. Precisamos de recursos financeiros, de planejamento, de políticas públicas e, acima de tudo, de vontade política não apenas para amenizar os impactos das chuvas, mas também e principalmente para preveni-los, por meio de investimentos em infraestrutura, da ocupação ordenada dos espaços urbanos e da imprescindível preservação ambiental. A Assembleia Legislativa irá criar, por sugestão de Deputados e Deputadas desta Casa, uma comissão especial para colher, junto a representantes da sociedade mineira e dos demais órgãos públicos, informações aprofundadas sobre o problema, com o objetivo de propor a adoção de mecanismos de prevenção às autoridades competentes da União, do Estado e dos Municípios. É inadmissível, insisto, que os problemas causados pelas chuvas, que se repetem praticamente todos os anos, sejam considerados como algo inesperado e provocado apenas pelos fenômenos da natureza.

Aproveito também este momento para chamar a atenção de todos os poderes públicos - dos Municípios, do Estado e da União - para outra tragédia que se tem abatido progressivamente sobre a população mineira: a do tráfico e consumo de drogas, particularmente do “crack”, que se está caracterizando como verdadeira epidemia em Minas Gerais, assim como em todo o País. Milhares e milhares de jovens, além de adultos e até crianças, estão destruindo suas vidas em decorrência dos efeitos altamente viciantes e letais dessa droga, causando também grande sofrimento a suas famílias, sem perspectivas concretas de se livrarem da dependência e se reintegrarem ao convívio social, e com um agravante: o aumento dos índices de criminalidade e violência, comprovadamente associados à indústria dos entorpecentes. A disseminação das drogas, especialmente do “crack”, está demandando um grande empenho de todos os poderes públicos e de toda a sociedade para que possamos revertê-la, por meio de debates, investimentos e políticas públicas de curto, médio e longo prazos, envolvendo os aspectos da repressão ao tráfico, prevenção, acolhimento e tratamento dos usuários. Também, em relação às drogas, este Parlamento irá instituir uma comissão especial para, com a colaboração de representantes da sociedade e dos demais poderes públicos, aprofundarmos conhecimentos e subsidiarmos a implementação de políticas públicas mais consistentes sobre o tema.

Estamos também particularmente preocupados com outra questão que diz respeito ao nosso Estado: a do excessivo e crescente endividamento com a União. Parabéns todos os Deputados: Adelmo Carneiro Leão, Carlin Moura, Bonifácio Mourão, Presidente da Comissão, enfim, todos os Deputados que, com responsabilidade, de forma apartidária, têm empunhado essa bandeira, essa bandeira dos mineiros, essa bandeira dos brasileiros. Fruto de um acordo feito há 14 anos com o governo federal, em um contexto bem diferente do atual, essa dívida tornou-se insustentável em razão dos elevados juros e dos indicadores de correção, inviabilizando investimentos, sufocando e estrangulando os projetos de desenvolvimento de Minas Gerais. Tal preocupação levou este Parlamento a instituir, no final do ano passado, a Comissão Especial da Dívida Pública, que tem realizado reuniões e levantado subsídios para sustentar uma proposta de revisão e repactuação junto ao governo federal. A propósito, a Assembleia de Minas é a primeira, no âmbito dos 26 Estados endividados, a constituir uma comissão para debater o tema, Secretário Danilo de Castro. Tema que, por sinal, foi tratado na reunião da União Nacional dos Legislativos Estaduais – Unale -, realizada ontem em Porto Alegre, da qual participamos, em nome desta Casa, ao lado de tantos outros Deputados e Deputadas desta Assembleia, e que será discutido na XVIª Conferência Nacional da entidade, que acontecerá no dia 29 de maio, em Natal. Neste Parlamento, em continuidade aos trabalhos da comissão especial, a questão será analisada em debate público no próximo dia 13, com apoio da Unale e presença de Secretários de Fazenda da Região Sudeste e representantes de Assembleias Legislativas de diversos Estados. Esperamos, pela mobilização dos Legislativos estaduais, reforçar o movimento pela renegociação das dívidas com o governo federal, tendo em vista as dificuldades financeiras dos Estados e a necessidade de repensarmos nosso modelo de federalismo, que concentra recursos e poderes na esfera da União, em detrimento da autonomia financeira e administrativa dos entes federados.

Citamos aqui apenas um dado para demonstrar a discrepância a que acabamos de nos referir: de toda a arrecadação tributária do País, nada menos do que 70% vão para os cofres da União, ficando o restante para ser distribuído entre Estados e Municípios. Todas as considerações que acabamos de fazer têm o objetivo de reafirmar as linhas básicas de atuação deste Parlamento em prol do desenvolvimento do Estado e da melhoria das condições de vida da nossa população, e também de lembrar que temos muito trabalho e muitos desafios pela frente. Mas isso não nos arrefece o ânimo. Pelo contrário - afirmo em nome de todos os Deputados e Deputadas e de todos servidores desta Casa -, estimula-nos a dar o melhor de cada um de nós para alcançarmos nossos objetivos. Com muita determinação, otimismo e fé em Deus, ancorados em nossos valores e princípios, tenho plena convicção de que, no decorrer deste ano, contribuiremos mais uma vez para tornar o Legislativo mais eficiente em suas funções e mais digno da confiança do povo mineiro. Muito obrigado, mãos à obra. Uma bela Minas Gerais espera e aguarda, com ansiedade, o trabalho e a dedicação de cada um de nós.

Leitura da Mensagem Governamental

O Secretário Danilo de Castro - Exmos. Srs. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico; Marcello Guilherme Abi-Saber, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, aqui representando o Prefeito Márcio Lacerda; Deputado José Henrique, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Sras. e Srs. Deputados; servidores.

Mensagem nº 184/2012, do Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia, a esta Casa Legislativa. (- Lê:)*



Em cumprimento à determinação do art. 90, inciso X, da Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminho a essa egrégia Assembleia Legislativa mensagem em que presto contas das ações executadas pela administração pública estadual no exercício de 2011. Cumpre-me, de pronto, assinalar que o último exercício foi marcado, no âmbito internacional, por um recuo generalizado de expectativas. Presenciando o alastramento da crise econômica, outrora limitada ao setor privado, no seio de governos soberanos tivemos a real dimensão dos desafios, em termos de políticas macroeconômicas, que se põem diante dos Estados nacionais contemporâneos. Minas Gerais, em especial, não permaneceu infensa aos efeitos dessa crise, uma vez que os constrangimentos conjunturais repercutiram de modo imediato em nossa economia. De outro lado, importa observar que os laços de solidariedade que, em tese, deveriam unir a Federação não foram capazes de somar grandes esforços em benefício da equalização nacional. Sabendo honrar a verdade eleitoral, os nobres parlamentares dessa Casa Legislativa puseram-se ao lado do interesse público maior, e o Executivo, fiel cumpridor das leis, alcançou, não sem percalços, avançar na construção de um Estado mais justo. Com o apoio dessa Casa Legislativa concluímos, em 2011, mais um Plano Plurianual de Ação Governamental, o PPAG 2008-2011. Foram mais de R\$208,6 bilhões de reais investidos nestes últimos quatro anos, cujos avanços são oriundos do comprometimento, da ousadia e responsabilidade com a qual definimos e implementamos os programas e as ações de governo, principalmente os programas estruturadores, cujo acompanhamento intensivo permite resultados cada vez mais desafiadores. Ao mesmo tempo, 2011 foi também o início de um novo ciclo. Demos o primeiro passo para a construção de um Estado para a cidadania, iniciado com enfoque no equilíbrio fiscal e no alcance de resultados efetivos para o cidadão. Pode-se afirmar que a segunda geração do choque de gestão foi concluída com a implantação efetiva em Minas de um Estado para resultados. Um Estado preocupado com a prestação de serviços públicos de alta qualidade, máxima cobertura e menores custos.

Avançamos muito e rápido, mas sem perder a preocupação do constante aprimoramento e de que as demandas ainda são muitas. Na área da educação, chegamos a 2011 com quase 90% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental com nível adequado de letramento, segundo avaliação do Proalfa. O Programa de Educação Profissional ofereceu, ao longo de sua existência, 140 mil vagas, garantindo acesso à formação técnica de nível médio. Na mesma linha, o programa Educação de Jovens e Adultos ofereceu a 94.796 adultos e jovens a oportunidade de cursarem, por ensino não presencial, os anos finais do ensino fundamental e médio.

Já na área da saúde, muitos são os resultados que merecem destaque. O Programa Saúde da Família colocou Minas como o Estado brasileiro com o maior número de equipes trabalhando na prevenção de doenças – são 4.302 equipes em 840 Municípios. Graças à força-tarefa do Exército que, com os agentes de saúde, visitaram mais de 180 mil residências, conseguimos a redução percentual de 77% dos casos de dengue em relação ao ano passado. Além disso, ao investir R\$116.000.000,00, contemplamos 132 hospitais no Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS-MG e aqui, para nós, o programa Pro-Hosp. Destaca-se também a experiência pioneira da Rede de Urgência e Emergência do Norte de Minas, que já reduziu cerca de mil mortes por ano em casos de urgência. Além disso, o programa Rede Farmácia de Minas que, em 2011, inaugurou 201 unidades, por meio de incentivo financeiro estadual para estruturação das farmácias públicas nos Municípios mineiros. Tais farmácias se enquadram aos padrões sanitários existentes e garantem atendimento humanizado à população.

Na segurança, verificamos a transferência da gestão de 13 carceragens da Polícia Civil para a Secretaria de Defesa Social. Com essa medida, os policiais civis e militares ficam disponíveis para atuar nas funções de investigação e de policiamento preventivo e repressivo. Em prol da humanização do sistema prisional, as bibliotecas de 63 unidades prisionais foram estruturadas com a aquisição de 5.166 livros, e seis novas escolas foram inauguradas nos presídios. Ainda este ano, computamos 11 mil presos em atividade laboral, aproximadamente 22% a mais do que no mesmo período de 2010, atingindo a marca de 50% dos presos condenados trabalhando.

Ainda na área de defesa social, reformamos cinco cadeias públicas, entregamos mil viaturas à Polícia Militar e implantamos o projeto Olho Vivo, no Município de Governador Valadares, com a instalação de 54 câmeras. Ao todo são 394 câmeras em sete Municípios mineiros. O programa Fica Vivo tem reduzido os índices de criminalidade, uma vez que atua no resgate da cidadania, inclusão social, valorização do indivíduo. O programa atende mensalmente 13.549 jovens e, em 2011, realizou cerca de 700 oficinas.

Na área de infraestrutura, o Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária – PROMG – alcançou 5.400km acumulados de rodovias recuperadas. Já o programa Processo atendeu 220 Municípios com obras e serviços, o que representa 5.457km de rodovias que beneficiarão diretamente mais de 1,3 milhões de mineiros. O programa Minas Avança, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, proporcionou melhorias do acesso viário do setor norte ao centro da Capital. Além disso, concluiu a 1ª etapa das obras do projeto Viva Barreiro, conclusão das obras do contorno de Lavras e 1ª etapa das obras do trecho Camanducaia – Monte Verde.

Em relação à garantia da infraestrutura necessária para a realização dos jogos da Copa do Mundo 2014 em Belo Horizonte, o governo de Minas está com o calendário em dia. As obras de reconstrução do Mineirão estão conforme determinação da Fifa, o gramado foi rebaixado em 3,4 metros e as peças pré-moldadas da esplanada já começaram a ser instaladas. O Mineirão se transformará numa moderna arena multiuso e será gerido em sistema de parceria público-privada - PPP. O novo Estádio Independência terá capacidade para 25 mil espectadores, contando com camarotes e espaço VIP com capacidade para 2.225 pessoas.

A área de desenvolvimento social também merece destaque. Nesse ano, o programa Travessia se expandiu para 44 novos Municípios, compreendendo 22 Secretarias e órgãos do Estado, beneficiando 229.648 famílias. Novas metodologias foram introduzidas, com destaque para a Busca Ativa, importante instrumento estatal para o enfrentamento da pobreza. O Porta a Porta fez-se uma realidade, conscientes que estamos do desafio de combater uma pobreza que, muitas vezes, permanece à margem da atuação estatal. Há, bem assim, que destacar os múltiplos planos de mobilidade social, elaborados em conjunto com os mais diversos Municípios mineiros, que permitirão, assim esperamos e queremos, um avanço nos indicadores de qualidade de vida. Cabe, outrossim, assinalar a integração entre as metodologias estaduais e aquelas adotadas pelos organismos internacionais, levada a cabo pela introdução do conceito de pobreza multidimensional, forjado no contexto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no âmbito das políticas públicas estaduais. Nossa perspectiva é ainda mais audaz, haja vista a ampliação das metas elencadas nos Objetivos do Milênio.

Sr. Presidente, o Poupança Jovem foi implantado em mais uma cidade, totalizando hoje 70.740 alunos, com investimento aproximado de R\$55.000.000,00.

Uma das prioridades do governo é gerar empregos de qualidade para cidadãos mineiros. Na busca pela expansão do Sistema Nacional de Emprego, foram inauguradas nove unidades de atendimento ao trabalhador. Por meio desse serviço de intermediação, mais de 2.600.000 trabalhadores foram atendidos nas unidades do Sine.

Na área de qualificação profissional, com o Usina Mineira do Trabalho e o Plano Territorial de Qualificação, mais de 6 mil trabalhadores foram capacitados em mais de 50 Municípios.

Atendendo a reivindicação histórica dos servidores estaduais, sancionamos a Lei nº 19.973, que define a política remuneratória para pessoal, representando um grande avanço para os trabalhadores, destacando-se a previsão da data-base e a garantia de um mínimo de recursos para aplicação de políticas remuneratórias, não perdendo de vista a capacidade fiscal do Estado. Graças à lei, o dia 1º de outubro de cada ano passa a ser data marcada para a concessão do reajuste geral anual, nos termos das diretrizes da política remuneratória. O reajuste para a data-base de 2011 já foi elaborado com base nas novas regras.

Avançamos principalmente na atração de novas empresas e geração de empregos, uma das prioridades definidas no programa de governo, que colocou Minas Gerais com índices acima da média nacional. Minas foi reconhecido nacionalmente como um dos Estados brasileiros mais preparados para receber investimentos estrangeiros. Esse levantamento nos estimula ainda mais e indica que estamos no caminho certo.

A atuação do Estado, em 2011, não se restringiu a repisar as estratégias de planejamento e atuação estatal até então concebidas. Levou-se a cabo, no âmbito da administração pública estadual, uma audaciosa empreitada de incremento da densidade representativa da administração pública, pela implantação de mecanismos inovadores de governança. Almejando reverter um déficit democrático histórico do sistema político nacional, procuramos investir na valorização da tradição municipalista e federalista mineira e, bem assim, de modo inédito, tratamos de criar mecanismos que favorecessem a ampliação da participação popular. Buscou-se, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estruturar redes institucionais capilarizadas, para possibilitar uma participação qualificada da população mineira.

A nova feição que pretendemos dar à Administração envolve não apenas a edificação dessas redes de governança, uma mudança no relacionamento externo, mas, em especial, a readequação dos expedientes internos e próprios da Administração.

Sr. Presidente, foi neste diapasão que regulamentamos diversos institutos de governança interna, buscando construir um ambiente de solidariedade de responsabilidades administrativas e políticas, de modo a extirpar as atuações desconcertadas e desarticuladas. O Estado de Minas Gerais principia, e nesse sentido é pioneiro em âmbito nacional, a implantar programas efetivamente intersetoriais, que dependem, em última análise, da sinergia institucional de seus diversos órgãos e entidades.

Para além dessas supramencionadas medidas, caminhamos com a regionalização da atuação estatal, recuperando os desígnios originais do constituinte mineiro nos idos de 1989. O Estado, assim, reafirma sua vocação pluralista e contrária à centralização excessiva, consciente que estamos das peculiaridades das diversas regiões mineiras, cada uma equiprimordial na balança das necessidades políticas e sociais.

Em harmonia com essa Casa Legislativa, muito avançamos na qualidade da produção de leis. Norteados pela sensibilidade dos nobres Deputados, logramos granjear espaço no seio de palpitantes questões sociais - em tudo revestidos pelos contornos do zelo e da legalidade. O diálogo institucional com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e instituições necessários à administração da Justiça também progrediram na construção de uma agenda republicana comum. Na mesma linha, priorizamos uma agenda positiva junto aos demais órgãos de controle, em especial a Corte de Contas mineira.

Conquanto o ano de 2012, que ora se inicia, não nos esteja a assegurar, de pronto, notícias alvissareiras, mas, antes, traga consigo o rescaldo de uma crise ainda em curso, estamos convictos de que muito poderemos avançar. Os constrangimentos conjunturais não poderão ser desfeitos por nossa iniciativa solitária, ainda que nos empenhemos nessa tarefa. Havemos, porém, de tudo fazer para gerar crescimento e desenvolvimento, aprofundando as bases de democracia e liberdade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é imperioso, ainda, enaltecer o arrojo do empresariado mineiro, que muito tem contribuído para a geração de empregos e renda, exortando toda a comunidade empresarial a participar da construção de uma agenda de desenvolvimento. Por derradeiro, cumpre-me assinalar o papel da sociedade civil organizada, que se mostra, cada vez mais, apta a participar com efetividade da concepção dos rumos de nosso Estado, em prol da realização concreta dos direitos fundamentais.

Ante todo o exposto, renovo aos nobres parlamentares os votos de uma sessão legislativa plena de realizações, reafirmando nosso compromisso com um Estado melhor para se viver. Antonio Augusto Junho Anastasia. Governador do Estado de Minas Gerais.

* - O teor completo da Mensagem nº 184/2012, do Governador do Estado, se encontra em:

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/83/672083.pdf>

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, sempre amiga do ex-Deputado Getúlio Neiva e dos queridos visitantes.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 2, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 2/2/2012.). Levanta-se a reunião.



ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/12/2011

Às 14h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncia de violação de direitos humanos, referente especificamente a perseguição em processo administrativo disciplinar que teria sido praticada pelo Maj. PM Paulo Roberto de Medeiros, lotado na Corregedoria da Polícia Militar, em desfavor do Cap. PM QOR Leopoldo de Vasconcelos Maria. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cel. PM Herbert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Maj. PM Paulo Roberto de Medeiros, Chefe da CPM1 da Corregedoria da PMMG; Cel. PM QOR Jefferson Rodney de Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Bom Despacho; José Antônio Zinato, advogado, representando o Maj. PM Antônio José Zinato; Cap. PM QOR Leopoldo de Vasconcelos Maria; Daniel Igor Mendonça, advogado; Cb. PM Kleber Muniz da Silva e Fábio Henrique Queiroz, Chefe do Departamento Jurídico do Centro Social dos Cabos e Soldados, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, como autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações, cada um por sua vez. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença da Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita seja realizado debate público sobre a autonomia da Perícia Criminal no Estado; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o andamento dos inquéritos referentes aos homicídios que vitimaram Douglas Warlen Teixeira Chaves e Adriano Tiensoilli Amaral; seja encaminhado à Corregedoria da PMMG pedido de informações sobre a apuração dos fatos narrados pelo Cb. PM Alfred Eustáquio Ferreira nesta reunião; e seja encaminhado à 3ª Auditoria de Justiça Militar pedido de informações sobre a instauração de IPM pelo Ministério Público Militar, em 12/8/2011, atendendo a solicitação do Sr. José Luiz Barbosa, Presidente da Associação Cidadania e Dignidade, o qual foi remetido à Corregedoria da PMMG em 10/10/2011, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas desta reunião à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à referida Associação; Paulo Lamac (3) em que solicita seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Sabará pedido de providências para a regularização do fornecimento de água potável à comunidade Palmital, no Distrito de Ravena, em Sabará, aproveitando-se o sistema e as instalações já existentes; sejam encaminhados ao Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública e à Defensoria Pública e ao Ministério Público na Comarca de Sabará relatório e vídeo relativos a visita da Comissão à comunidade Palmital e pedido de providências com relação à falta de água potável nessa localidade; e seja encaminhado à Copasa-MG e ao Laboratório de Saúde Pública da Faculdade de Farmácia da UFMG pedido de providências para análise físico-química e microbiológica da água coletada no poço do Distrito de Ravena, em Sabará, durante visita da Comissão; Sargento Rodrigues e Durval Ângelo em que solicitam sejam encaminhados ao Comandante-Geral da PMMG cópia das notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que o Maj. PM Paulo Roberto de Medeiros seja afastado dos quadros da Corregedoria da PMMG, por não cumprir os pressupostos de idoneidade e moralidade, encaminhando-se também cópia do pedido ao Procurador-Geral de Justiça e ao Presidente da OAB-MG; e Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhada à Corregedoria da PMMG, aos Srs. Daniel Igor Mendonça, Fábio Henrique Queiroz e José Antônio Zinato e à Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais cópia das notas taquigráficas desta reunião. Registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac. Logo após, é aprovado o Relatório de Visita à comunidade Palmital, no Distrito de Ravena, em Sabará, realizada em 7/12/2011, o qual é publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: comunidade Palmital, Distrito de Ravena, Município de Sabará

Apresentação

No dia 7/12/2011, das 16 horas às 17h30min, a Comissão de Direitos Humanos esteve presente na comunidade Palmital, situada no Distrito de Ravena, Município de Sabará. Requerida pelo Deputado Paulo Lamac, a visita teve o propósito de averiguar denúncias sobre a situação dos moradores locais, que, sem a garantia de seu direito a água potável, vêm sofrendo privações e sendo expostos a doenças infectocontagiosas.

Estiveram presentes o Deputado Paulo Lamac, Vice-Presidente da Comissão; Tiago Dutra, do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, e Leonardo Carvalho Carreira, representante da Defensoria Pública na Comarca de Sabará. Também compareceram os Vereadores de Sabará Maurílio Barbosa, Presidente da Câmara Municipal, e Ricardo Antunes. A Vereadora Terezinha Berenice de Souza van Stralen se fez representar pela assessora Simone Custódio Marconatto.

Relato

Tão logo chegou ao local, o Deputado Paulo Lamac conversou com a população e presenciou o registro de suas declarações em vídeo pela equipe da ALMG. Segundo as informações colhidas, a comunidade abrange 89 casas. Sua constituição remonta à antiga



Fazenda Palmital, da qual herdou o nome. Subdividida primeiramente em pequenas glebas de 2ha, essa propriedade continuou fragmentando-se em terrenos menores com vistas à construção de residências para alojar filhos de famílias locais ou pessoas provenientes de outros pontos do Estado e ali estabelecidas posteriormente.

Com o passar do tempo, formou-se um aglomerado de casas bem próximas, como tantos outros surgidos em Ravena no processo de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte e que passaram a demandar serviços básicos. Para suprir a necessidade de água potável – as vertentes vindas de fontes naturais se haviam poluído, apesar da construção de fossas sépticas –, o poder público implantou um sistema de coleta e abastecimento, com três poços artesianos e rede adequada de tubulações, que começou a funcionar na passagem de 2003 para 2004.

Havia um contrato com a Copasa-MG, que caducou há três anos e não foi renovado. Os moradores denunciaram que, desde então, o abastecimento foi interrompido e até hoje não retornou o fornecimento de água potável. Por sua vez, a Copasa-MG alega que, sem concessão, não pode operar. A Prefeitura até agora não teria agido para sanar o problema. O equipamento, que custou cerca de quinhentos mil reais à época, está sem funcionar e, portanto, sujeito a avarias. Todavia, apesar de apresentar alguns tubos e conexões inutilizados por ressecamento, nada tem que seja grave e impeça sua utilização em curto prazo. Necessita apenas de reparos ligeiros, simples e de baixo custo.

Indignados, cerca de quarenta moradores, reunidos na casa de Valcely de Jesus Evangelista Siqueira, denunciaram que o abastecimento estaria sendo direcionado a outras localidades, apesar da proximidade da rede, que passa muito perto de suas residências. Afirmaram ainda que, a exemplo do que vem acontecendo em outras localidades desassistidas, viraram reféns de caminhões-pipa, pagos pela Copasa-MG e pela Prefeitura, que seriam de familiares de um Vereador do Município. Também declararam que estavam bebendo água poluída, mostraram uma garrafa com líquido turvo e relataram vários casos de verminose, diarreia e hepatite, especialmente entre crianças e idosos.

Os presentes narraram que, após entrevista infrutífera com o Prefeito, resolveram procurar o Ministério Público da Comarca de Sabará, também sem resultados, e a Câmara Municipal, onde repetiram as denúncias em audiência pública no primeiro semestre deste ano. Ao fim e ao cabo, concluíram que o Prefeito estaria insensível e motivado por mera má vontade, como se o pleito da população fosse assunto da Oposição. Mostraram-se especialmente ressentidos porque a Prefeitura instalou, bem ao lado de suas casas, outro poço artesiano, mas direcionou suas águas para abastecer apenas a localidade vizinha de Muniz.

Valcely de Jesus, com seu bebê de sete meses nos braços, descreveu as dificuldades que enfrenta pela carência de água potável. Sendo o córrego compartilhado a montante com o gado de um sitiante vizinho, a contaminação aumenta quando chove, pois os excrementos e a urina dos animais chegam à bica de uso comum. Alguns utilizam cisternas que, rasas, recebem resíduos das fossas sépticas construídas para suprir a falta de esgotos. Outros coletam água da chuva, igualmente prejudicada por ser armazenada em recipientes a céu aberto e sujeitos a poluições. José Campos, antigo morador, reclamou que há três anos a Prefeitura se omite, não tendo jamais providenciado a recuperação dos equipamentos e redes ligados ao poço artesiano. Quando chove, disse, nem o caminhão-pipa pode chegar aos consumidores.

Por seu turno, o representante do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública afirmou que em Sabará há cerca de 10 mil moradores sem água potável. Ouvindo relatos de que a Prefeitura teria proposto que as famílias assumissem a manutenção do sistema de abastecimento de água, asseverou que a responsabilidade pelo serviço é do poder público. Ato contínuo, disse que convidaria o Juízo da Comarca para avaliar “in loco” os fatos, antecipou um pedido de liminar para que o Prefeito preste os serviços de sua responsabilidade e anunciou uma ação civil pública em favor de toda a população prejudicada.

Depois de ouvir tais denúncias, o Vice-Presidente da Comissão se mostrou impressionado com o seu teor, anotou as reivindicações e resolveu recolher pessoalmente uma amostra da água consumida por boa parte das famílias, que será encaminhada para análise. Também falaram os Vereadores de Sabará, relatando os acontecimentos a partir do momento em que tomaram contato com o contencioso e informando sobre a “blitz” realizada pelo Legislativo Municipal no sistema de abastecimento da região. Segundo Ricardo Antunes, a Prefeitura se comprometeu a reparar o sistema de abastecimento, mas nada foi feito por falta de vontade política: “É uma situação de total desrespeito, um absurdo de abuso de poder”.

Conclusão

Finda a assembleia dos moradores, o Deputado Paulo Lamac, após afirmar que “a água, evidentemente, é imprópria para o consumo humano”, anunciou um requerimento para o envio de ofício ao Prefeito Municipal de Sabará, formulando a sugestão de regularizar o fornecimento de água potável à comunidade Palmital, aproveitando o sistema e as instalações existentes, de modo a garantir aos moradores seus direitos fundamentais e deter o surto de doenças na localidade. Também será enviado ofício ao Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, à Defensoria Pública e ao Ministério Público na Comarca de Sabará, encaminhando este relatório e as gravações da TV Assembleia na comunidade Palmital, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

Paulo Lamac, Vice-Presidente – Sargento Rodrigues – Maria Tereza Lara.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2011

Às 9h4min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Vanderlei Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os procedimentos adotados pela Polícia Civil de Minas Gerais na apuração do crime praticado por Anderson Cleiton Elariedy contra Ludmila Fernanda Almeida Marques e as medidas socioeducativas a ele aplicadas pelos crimes anteriormente cometidos e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo” em 13/12/2011: ofícios das



Sras. Elisa Smaneoto, Diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidência da República; Jaqueline de Almeida Lourenço, Chefe de Gabinete Substituta do Incria; e dos Srs. Antônio Gama Junior, Subcorregedor Geral de Polícia Civil; Lafayette de Andrada, Secretário de Estado de Defesa Social; Sérgio Duarte de Castro, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Patrícia Almeida de Carvalho, mãe da vítima; Adriana Cássia dos Santos, advogada; Beatriz Almeida de Carvalho Santos, tia da vítima; e os Srs. José Honório de Rezende, Juiz de Direito da Vara Infração, representando o Sr. Wagner Wilson Ferreira, Superintendente da Coordenadoria da Infância e Juventude; Edson Moreira da Silva, Chefe do Departamento de Homicídios da Polícia Civil do Estado; Hugo Barbosa Arruda, Delegado da Polícia Civil; e Welber Lúcio Marques, pai da vítima, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Luiz Carlos Miranda, Almir Paraca (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT) e Carlos Mosconi (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), e da Deputada Liza Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.089/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater denúncia sobre atos de abuso sexual contra crianças e adolescentes; Durval Ângelo (11), em que solicita sejam encaminhadas ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Chefe da Polícia Civil do Estado e ao Comandante-Geral da PMMG as notas taquigráficas da 65ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em 13/12/2011, com pedidos de providências para a proteção da vida de Leopoldo de Vasconcelos Maria, Capitão do Quadro de Oficiais da Reserva; sejam encaminhadas à Corregedoria do Ministério Público do Estado as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para averiguar a conduta de Enéas Xavier Gomes, Promotor de Justiça da Comarca de Diamantina, relativa ao arquivamento de denúncia sobre violações de direitos fundamentais e irregularidades administrativas que teriam sido cometidas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos; sejam encaminhadas ao CAO-PP do Ministério Público Estadual as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para averiguar as denúncias sobre irregularidades administrativas que teriam sido cometidas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos; sejam encaminhadas ao CAO-DH do Ministério Público Estadual as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para averiguar as denúncias sobre violações de direitos fundamentais que teriam sido cometidas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos; sejam encaminhadas à Delegacia da Polícia Civil de Diamantina as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para agilizar as investigações sobre ameaças de morte a sindicalistas feitas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos; sejam encaminhadas ao Comando do 3º BPM-PMMG em Diamantina as notas taquigráficas desta reunião com pedidos de providências para aumentar o policiamento no Município de Felício dos Santos, para proteger e garantir os direitos fundamentais dos Diretores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Felício dos Santos, em face das denúncias de que teriam sido perseguidos, agredidos e ameaçados pelo Prefeito Municipal; sejam encaminhadas ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Comandante-Geral da PMMG, ao Chefe da Polícia Civil e ao Superintendente de Polícia Técnico-Científica do Instituto de Criminalística de Minas Gerais as notas taquigráficas desta reunião; e, no que diz respeito às denúncias feitas pelo Sr. Chico Simões, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, de sequestro e ameaças de que teria sido vítima a Sra. Rosângela Mendes, Secretária Municipal de Governo e Comunicação Social, em 8/12/2011, sejam encaminhados os seguintes pedidos de providências: - ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil, para tomar as medidas cabíveis ao caso; - ao Superintendente de Polícia Técnico-Científica do Instituto de Criminalística, para se resgatar as imagens dos pontos monitorados pelos equipamentos eletrônicos conhecidos como "olho vivo" no trajeto Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo na data mencionada e utilizá-las na apuração das referidas denúncias; - ao Comandante-Geral da PMMG, para se garantir proteção à integridade física do Sr. Chico Simões e da Sra. Rosângela Mendes; requer, ainda, seja anexada cópia do ofício entregue pelo Sr. Chico Simões, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, ao Presidente desta Comissão na referida reunião, no qual são relatados os fatos que motivaram este requerimento e ao qual está apensada cópia da declaração prestada pela vítima à Polícia Civil; ao Superintendente Regional da Polícia Federal de Minas Gerais para tomar as medidas cabíveis ao caso, bem como sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião e seja anexada cópia do referido ofício entregue pelo Sr. Chico Simões, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, ao Presidente desta Comissão; sejam encaminhadas ao Juiz responsável pela 19ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte as notas taquigráficas das seguintes reuniões da Comissão de Direitos Humanos: 18ª Ordinária, realizada em 24/8/2011; 21ª Ordinária, realizada em 21/9/2011; e 31ª Ordinária, realizada em 14/12/2011; com pedidos de providências para apurar as denúncias feitas por Fabiana Rocha Marques envolvendo o Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais e o Conselho Federal de Enfermagem; sejam encaminhadas ao Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais e ao Delegado-Chefe da 5ª Delegacia de Polícia Civil, em Lagoa Santa, as notas taquigráficas desta reunião, e, no que diz respeito às denúncias feitas pela Sra. Bárbara Fonsina Soares Pereira quanto a supostas agressões verbais e morais praticadas pelos Srs. Carlos Alberto Barbosa e José Quintino Marques, Vereadores da Câmara Municipal de Lagoa Santa, seja encaminhado pedido de providências cabíveis ao caso. Requer, ainda, seja anexada ao pedido cópia do Red 2011-002284141-001, que registra a ocorrência das referidas agressões, e seja tomada a providência de se avaliar o fato de forma a caracterizá-lo como a violência moral prevista no inciso V, do art. 7º, da Lei Federal 11.340, de 2006 - Lei Maria da Penha; sejam encaminhadas à 1ª e à 2ª Promotorias de Justiça da Comarca de Lagoa Santa as notas taquigráficas desta reunião, e, no que diz respeito às referidas denúncias feitas pela Sra. Bárbara Fonsina Soares Pereira, seja encaminhado pedido de providências cabíveis ao caso. Requer, ainda, seja anexada ao pedido cópia do Red 2011-002284141-001, que registra a ocorrência das referidas agressões; Liza Prado (5), em que solicita seja encaminhado à Defensora Pública-Geral do Estado, pedido de providências com vistas à designação de um Defensor Público para a Comarca de Araguari; sejam encaminhados ao Secretário de Estado de Defesa Social cópia do relatório de inspeção sanitária da 16ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Uberlândia, elaborado pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária da



Secretaria de Estado de Saúde, e pedido de providências urgentes em face das não conformidades e irregularidades referentes às condições higiênico-sanitárias, infraestrutura física, equipamentos e procedimentos técnico-operacionais que comprometem as edificações onde está sediada a citada delegacia; sejam encaminhadas ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Comandante-Geral da PMMG as notas taquigráficas desta reunião, com pedido de providências para assegurar melhor qualidade na gravação das imagens geradas pelos equipamentos eletrônicos de monitoramento conhecidos como "olho vivo", de modo a garantir que sejam nítidas, como são ao vivo, e que auxiliem na averiguação de crimes; seja encaminhado ao Delegado Chefe da 16ª Delegacia Regional de Uberlândia pedido de providências para implantar um plantão no Bairro Santa Helena; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Chefe da Polícia Civil e ao Superintendente de Polícia Técnico-Científica de Minas Gerais pedido de providências para assegurar a construção do Posto de Perícia Integrada - PPI - em Uberlândia; Durval Ângelo e Vanderlei Miranda (2), em que solicitam sejam encaminhadas ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Juiz Titular do 2º Tribunal do Júri e ao Procurador-Geral do Ministério Público de Minas Gerais, bem como ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais do MPMG, as notas taquigráficas desta reunião com pedidos de providências para se dar os devidos provimentos e também prioridade ao caso e às denúncias envolvendo Anderson Cleiton El Ariedy, suspeito de ter cometido vários crimes, entre os quais o latrocínio ocorrido em Ravena em julho deste ano e o assassinato de Ludmila Fernanda Almeida Marques, no Bairro Cachoeirinha, em novembro passado; sejam encaminhadas ao Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para esclarecer o encaminhamento e a decisão dados à denúncia feita pelo Ministério Público de Minas Gerais ao Juízo da Comarca de Sabará acerca do latrocínio ocorrido em Ravena, em julho deste ano, solicitando a prisão preventiva de Anderson Cleiton El Ariedy, suspeito de ter cometido esse crime bem como o assassinato de Ludimila Fernanda Almeida Marques, no Bairro Cachoeirinha, em novembro passado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2011

Às 14h2min, comparece no Auditório da OAB-MG em Contagem o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as políticas de proteção e garantia dos direitos fundamentais das pessoas idosas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Telma Maria de Oliveira, Secretária Municipal de Saúde de Contagem; Záide Aguiar Prata Oliveira, membro do grupo de convivência Guerreiros da 3ª Idade; Maria Ivone do Carmo, Secretária Municipal de Educação e Cultura de Contagem; Lacy Chagas Ribeiro, Tesoureira do grupo de convivência Estrela Dalva; e os Srs. Jeferson Botelho Pereira, Delegado-Geral de Polícia Civil, representando o Sr. Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil; José de Souza Lima Filho, Secretário Municipal de Direitos e Cidadania de Contagem; Maurício Rangel de Souza, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Contagem; Cleber Mateus da Silva, Secretário-Geral, representando a Sra. Liliana Pereira, Presidente da OAB - Subseção de Contagem; Márcio Luiz Guglielmoni, Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Contagem; Cléber Jovino da Silva, professor da Faculdade Una de Contagem, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de fevereiro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2011

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.996, 2.013, 2.081, 2.090 e 2.091/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.084 e 2.465/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Segurança Pública para debater a viabilidade de ofertar à comunidade atividades culturais, esportivas e de lazer nas áreas desocupadas do complexo prisional José Maria Alkimin. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de fevereiro de 2011.



Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/12/2011

Às 20h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa, Neider Moreira (substituindo o Deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos às 22h4min, estão presentes os Deputados Célio Moreira, Neider Moreira (substituindo o Deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do PSD) e Sebastião Costa (substituindo a Deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.709/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Célio Moreira). O Projeto de Lei nº 2.229/2011, no 2º turno, é retirado da pauta por ter sido apreciado em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de fevereiro de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 2/2/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento do Sr. Hugo Miranda Fiuza, ocorrido em 31/1/2012, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)



RELATÓRIOS

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Local visitado: Ginásio Poliesportivo Municipal Márcio Reinaldo, em Matozinhos

Apresentação

A requerimento dos Deputados Marques Abreu, Adelmo Carneiro Leão e Fabiano Tolentino, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude visitou, no dia 27/9/2011, o Ginásio Poliesportivo Municipal Márcio Reinaldo, no Município de Matosinhos, com o objetivo de acompanhar o lançamento do Programa Minas Olímpica - Geração Esporte nesse Município, cujo núcleo funcionará no ginásio visitado.

Participou da visita o Deputado Marques Abreu, Presidente da Comissão de Esporte, e a acompanharam os Srs. Murilo Pereira de Resende, Prefeito de Matozinhos, Emanuel Francisco Maciel, Subsecretário de Esporte, as Sras. Maria Gorete Saturnino, Secretária de Desenvolvimento Social de Matozinhos, Adriana Cruz, Diretora de Esporte desse Município, e os Srs. César Soné, Acácio de Paula, Otacílio Loura e Zélia Pezzini, Vereadores desse Município.

Relato

O Programa Minas Olímpica - Geração Esporte atende crianças e adolescentes de 7 a 13 anos de idade, matriculados e frequentes em escolas públicas ou privadas, pertencentes, preferencialmente, a famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Seu objetivo é ser mais um instrumento de inclusão social por meio de atividades que promovam a iniciação esportiva com foco no desenvolvimento de habilidades motoras. O programa foi implementado em 1º/9/2011 em 97 Municípios do Estado e a expectativa é que atenda a mais de 11 mil crianças até julho de 2013.

As crianças e os adolescentes atendidos pelo programa praticam uma modalidade esportiva e uma atividade complementar por bimestre, três vezes por semana, permanecendo no núcleo por duas horas diárias, no contraturno escolar, de modo que têm contato com diversas modalidades esportivas e manifestações da cultura corporal.

Cada núcleo atende a 100 educandos, divididos em 4 turmas com 25 alunos, de acordo com a demanda local. Os educandos recebem, ainda, reforço alimentar, com cardápio definido pela Secretaria de Estado de Esporte e Juventude.



O programa é executado em parceria com as administrações municipais e entidades esportivas que, por meio de convênio, disponibilizam espaço físico, recursos humanos e alimentação para os educandos. O Estado disponibiliza os uniformes, o material esportivo para o desenvolvimentos das atividades e arca com parte do pagamento dos monitores e coordenadores dos núcleos.

A Comissão constatou na visita que, apesar de a implementação do programa ser bastante recente, já se faz necessário reavaliar o seu alcance. Em relação ao núcleo visitado, por exemplo, a previsão inicial é o atendimento de 100 crianças em uma cidade com cerca de 4.500 alunos na faixa etária de 7 a 13 anos.

Com relação ao ginásio onde serão desenvolvidas as atividades do programa, segundo informação do Prefeito do Município, o local esteve fechado por muitos anos e, após recente reforma, foi reaberto para a comunidade. Contudo, a Comissão observou que o ginásio ainda precisa de reparos, principalmente nos banheiros e nos vestiários.

Conclusão

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude constatou a importância do Programa Minas Olímpica - Geração Esporte para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes nos Municípios mineiros. Entretanto, durante a visita, ficou clara a urgente necessidade de ampliação do programa, para que atenda um número mais expressivo de alunos no Município de Matozinhos. Ficou clara, também, a necessidade de reparos no Ginásio Poliesportivo Municipal Márcio Reinaldo, onde as atividades do programa serão desenvolvidas.

Diante do que foi observado, esta Comissão se compromete a acompanhar a execução do programa, prezando por sua continuidade e reivindicando sua ampliação.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Tadeu Martins Leite - Gustavo Perrella.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Comunidade Zilah Spózito, Belo Horizonte

Apresentação

No dia 18/11/2011, das 14h14min às 16h5min, a Comissão de Direitos Humanos esteve presente na Comunidade Zilah Spózito, situada na região Norte de Belo Horizonte. Requerida pelo Deputado Sargento Rodrigues na 25ª Reunião Ordinária desta Comissão, em 26/10/2011, a visita teve o propósito de averiguar denúncias sobre o uso de violência contra as famílias moradoras da referida comunidade, durante tentativa de despejo, atingindo crianças e idosos.

Estiveram presentes o Deputado Paulo Lamac, Vice-Presidente da Comissão; os Srs. Adriano Ventura, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Ivaldi José Rodrigues, coordenador do Movimento e Luta pela Moradia; o Frei Gilvander Luís Moreira, Assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais; o Sr. Edmar Rosa Sobrinho, representando o Deputado Durval Ângelo; e a Sra. Neila Batista, representando o Deputado Rogério Correia e membros da equipe da ALMG.

Relato

A visita ocorreu dois dias após uma audiência pública em que esta Comissão, ouvindo relatos de moradores sobre a operação de despejo ordenada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e discutindo democraticamente os diferentes aspectos do incidente, aprovou 11 requerimentos solicitando o encaminhamento de notas taquigráficas a autoridades, acompanhadas de documentos anexos e pedidos de providência.

Tão logo chegou ao local, o Deputado Paulo Lamac conversou com a população e presenciou o registro do ambiente e das declarações em vídeo e fotografias, realizado pela equipe da ALMG. Segundo informações colhidas, a ocupação abrange dois terrenos, um municipal e outro de propriedade particular, ambos devolutos há tempos e sem nenhuma função social. Embora haja porções íngremes, as moradias estavam em setores planos ou de inclinação moderada e sobre terra firme. Informou-se que as famílias vêm ocupando-os parcialmente desde 1993, quando a Prefeitura aconselhou a transferência de todas para a área em que hoje se encontram, de vez que o local onde a maioria estava fixada, no Bairro Santa Terezinha, havia sido então considerado área de risco.

Ademais, incentivou-as com doação de material de construção. Assim, na prática, legitimou a ocupação e reforçou a expectativa de que os direitos dos moradores seriam respeitados e garantidos. Hoje são aproximadamente 70 casas, quase todas em alvenaria, pequenas, extremamente precárias e sem acabamento externo. Não há urbanização nem saneamento básico, sugerindo descaso do poder público. Notou-se que a população vive em situação de incerteza, sob ameaça tangível à segurança habitacional e à moradia com dignidade.

De um modo geral, considerando-se declarações dos moradores e observações "in locu", as denúncias foram confirmadas. No dia 21/10/2011, fiscais ligados à Regional Norte da Prefeitura chegaram à ocupação acompanhados de mais ou menos 80 funcionários da Prefeitura, sendo 30 da Guarda Municipal, e centenas de policiais militares lotados na 1ª Região da PMMG, sem nomes nos uniformes e sob o comando do Ten.-Cel. Fabiano. Como não tinham mandado judicial para agir, alegaram motivos estritamente administrativos, que dispensariam a mediação de outras autoridades. Cercaram o entorno da Comunidade, bloqueando as entradas e saídas dos moradores, e começaram a demolição.

De início foram derrubadas 24 moradias. Os relatos apontaram atos de truculência. Pessoas foram retiradas de suas casas à força. Móveis e outros bens domésticos acabaram destruídos. Tereza Soares da Costa, de 80 anos, em face da ameaça de que seu barracão viria abaixo, desmaiou, sendo socorrida por vizinhos. Uma mulher grávida se sentiu ameaçada e pressionada. A casa de Quesiane Carvalho dos Santos, que está de resguardo há um mês, foi destruída. O menino de nome Ricardo foi atacado com "spray" de pimenta no rosto.



A operação – que teria sido comandada pelo funcionário Mauro Lopes, que a ninguém daria ouvidos – apenas cessou quando se deu a intervenção de apoiadores e a Defensoria Pública do Estado chegou ao local com liminar concedida pelo Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias. Na ocasião da visita, 28 dias após a tentativa de despejo, muitos moradores continuavam no local, mesmo que debaixo de lonas ou em pequenos cômodos construídos com materiais que sobraram da demolição. Cerca de 60 participaram de uma assembleia improvisada a partir das 15h40min, dizendo-se determinados a ficar por não terem outra alternativa.

Revelou-se falsa a alegação de que as casas estariam em construção, pois, na realidade, a precariedade e a falta de reboco são características, não de inconclusão, mas de pobreza. Também as afirmativas de que estariam em área de risco foi descartada pelo Deputado Paulo Lamac: “As casas estão em solo firme e não há indícios que justifiquem a retirada emergencial dessas famílias”. Por fim, observou-se que as edificações destruídas estavam habitadas e não vazias, ao contrário do que se argumentou. Nesse quadro, o Sr. Adriano Ventura anunciou que o assunto voltará a ser debatido em audiência pública na Câmara Municipal, enquanto os moradores manifestaram a esperança de que a Defensoria Pública consiga garantir o ressarcimento dos prejuízos e indenizações por dano moral.

Conclusão

Finda a assembleia dos moradores, decidiu-se apresentar um requerimento para o envio de ofício ao Sr. Ivaldi José Rodrigues, Coordenador do Movimento e Luta pela Moradia, encaminhando, para conhecimento, as notas taquigráficas e os registros em vídeo da 27ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 16/11/2011, assim como os registros em vídeo desta visita.

Ademais, tendo em vista o quadro verificado, evidenciaram-se ainda mais a pertinência e a urgência de encaminhamentos que promovam uma interlocução dos moradores com a Prefeitura de Belo Horizonte, o governo do Estado e demais autoridades envolvidas, para produzir uma solução negociada que garanta paz, segurança, justiça e dignidade social, especialmente o direito à moradia para todos, previsto no art. 6º da Constituição Federal, aludido no art. 4º da Constituição Estadual e disposto nos arts. 4º, V, “P”, e 39 da Lei Federal no 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2011.

Paulo Lamac, Vice-Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Fred Costa.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/1/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando, a partir de 23/1/2012, Sérgio Gustavo Monteiro Macedo do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pompílio Canavez

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/2/2012, que nomeou Fernando Antonio Marinho Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Claudete da Cruz França para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

nomeando Suzana Magalhães Mourão para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando Fortunato Francisco de Aquino para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Grupo Odontológico Contorno Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto deste aditamento: alteração de razão social. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.